

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.679 - RS (2019/0094458-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : JEFERSON DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL GUERREIRO NORONHA - RS091165
PABLO RICARDO ABOAL CUNA - RS091173
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **JEFERSON DE OLIVEIRA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Na origem, constata-se a prisão em flagrante do recorrente, convertida em preventiva, pela suposta prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, foi denegada a ordem.

Neste recurso, alega a defesa negativa de autoria, bem como ilegalidade de todo o acervo probatório pela deflagração por denúncia anônima, que não autoriza o ingresso policial em domicílio.

Destaca nulidade da prisão pela não realização da audiência de custódia.

Assevera, ainda, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem para que seja revogada a custódia cautelar e expedido alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, a matéria pleiteada em liminar confunde-se com o mérito. Para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 14.10.2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 13.01.2014; HC 303.408/RJ, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe de 15.09.2014; HC 296.843/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 24.06.2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como a senha de acesso para a consulta do processo n. 132/2.18.0003515-8, a serem prestadas preferencialmente por meio de malote digital, no prazo de 5 dias.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

